

**OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS COMO SISTEMA: A ARTE DE CRIAR  
CONCEITOS E TRANSFORMÁ-LOS, PROPOR MÚLTIPLOS (DES)ENCONTROS E  
DEFINIÇÕES**

CONCEPTOS GEOGRÁFICOS COMO UN SISTEMA: EL ARTE DE CREAR  
CONCEPTOS Y TRANSFORMARLOS, PROPONIENDO MÚLTIPLES  
(DES)ENCUENTROS Y DEFINICIONES

THE GEOGRAPHICAL CONCEPTS AS A SYSTEM: THE ART OF CREATING  
AND TRANSFORMING CONCEPTS, PROPOSING MULTIPLE (MIS)ENCOUNTERS  
AND DEFINITIONS

**Rodrigo Gavioli Diniz<sup>1</sup>**

**Resumo:** Os inúmeros conceitos da Geografia, sejam aqueles principais (território, região, lugar e paisagem), também conhecidos como conceitos-chave, sejam outros conceitos de menor protagonismo, subjacentes aos tais conceitos-chave, assim como o objeto de estudo da disciplina (espaço geográfico) não permanecem estáticos, fechados, como se fossem absolutos e imutáveis, estão inseridos na realidade em constante transformação. Para se entender a realidade mediante a disciplina geográfica é vital considerar e valorizar os conceitos geográficos, não de modo isolado como se cada conceito existisse em si mesmo, mas sim de modo conjunto, simultâneo e/ou contínuo, como sistema. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é o de evidenciar a importância dos conceitos geográficos enquanto elementos de um sistema no entendimento da realidade, considerando os diferentes significados e definições dos mesmos, ao longo da história do pensamento geográfico. Para se alcançar o objetivo traçado, buscar-se-á uma revisão bibliográfica abarcando autores nacionais e internacionais, da Geografia ou não, que contemplem os conceitos aqui privilegiados. Desse modo, constatou-se que os conceitos geográficos compreendidos como um sistema são essenciais para o entendimento da totalidade espacial, em outros termos, da realidade, que vem se tornando cada vez mais complexa, além de serem fundamentais para superar a dicotomia entre Geografia Física e Humana, visto que ao se enobrecer essa dualidade se estabelece um grande desafio para se refletir e entender a totalidade dos processos.

**Palavras-chave:** Espaço geográfico; Tempo; Conceitos; Constelação; Realidade.

**Resumen:** Los numerosos conceptos de la Geografía, ya sean la otra serie de conceptos principales (territorio, región, lugar y paisaje), también conocidos como conceptos clave, u otros conceptos de menor protagonismo, subyacentes a estos conceptos clave, así como el objeto de estudio de la disciplina (el espacio geográfico) no permanecen estáticos, cerrados,

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS. E-mail: [rodrigogaviolipsn@gmail.com](mailto:rodrigogaviolipsn@gmail.com). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3338358463426457> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7174-2448>

como si fueran absolutos e inmutables, sino que están inmersos en la realidad en constante transformación. Para entender la realidad a través de la geografía es vital considerar y valorar los conceptos geográficos, no de forma aislada como si cada concepto existiera en sí mismo, sino en su conjunto, de forma simultánea y/o continua, como un sistema. Así, el objetivo de este trabajo es destacar la importancia de los conceptos geográficos como elementos de un sistema en la comprensión de la realidad, considerando sus diferentes significados y definiciones a lo largo de la historia del pensamiento geográfico. Para lograr el objetivo trazado, se buscará una revisión bibliográfica que abarque autores nacionales e internacionales, de Geografía o no, que contemplen los conceptos aquí privilegiados. Así, se constató que los conceptos geográficos entendidos como sistema son esenciales para la comprensión de la totalidad espacial, es decir, de la realidad, cada vez más compleja, además de ser imprescindibles para superar la dicotomía entre Geografía Física y Humana, ya que al ennoblecer esta dualidad se establece un gran reto para reflexionar y comprender la totalidad de los procesos.

**Palabras clave:** Espacio geográfico; Tiempo; Conceptos; Constelación; Realidad.

**Abstract: Abstract:** The numerous concepts of Geography, whether the main ones (territory, region, place, and landscape), also known as key concepts or others that are less protagonists, underlying the key concepts, as well as the object of study of the discipline (geographical space), do not remain static, closed, as if they were absolute and immutable, they are inserted in reality at constant transformation. In order to understand reality through the geographical discipline, it is vital to consider and value geographical concepts, not in an isolated way as if each concept existed in itself, but in a joint, simultaneous and/or continuous way, as a system. Therefore, the objective of this study is to highlight the importance of geographical concepts as elements of a system in the understanding of reality, considering their different meanings and definitions throughout the history of geographical thinking. To reach the outlined objective, we sought a bibliographical review, covering national and international authors, from Geography or not, that contemplate the concepts privileged here. Therefore, we found that the understanding of geographical concepts as a system is essential for the understanding of spatial totality, in other terms, of reality, which is becoming increasingly complex, in addition to being fundamental to overcome the dichotomy between Physical and Human Geography, as to ennoble this duality sets a great challenge to reflect and understand the totality of the processes.

**Keywords:** Geographic space; Time; Concepts; Constellation; Reality.

## Introdução

A Geografia é uma disciplina complexa, estando em constante metamorfose, além de estar imbricada com outras disciplinas do campo das ciências sociais – ou mesmo com as disciplinas que contemplam notadamente elementos mais físicos. Sua amplitude teórica se manifesta, por exemplo, na própria realização de uma graduação em Geografia, seja na licenciatura ou bacharelado em que o acadêmico se depara na grade curricular com disciplinas que variam bastante ao mesmo tempo que apresentam condições de se conectarem. Porém, na Geografia existe uma dicotomia fomentada há décadas, entre aquilo que é social/humano daquilo que é mais próximo do físico/natural, por sinal, tal divisão é demasiadamente

prejudicial, pois obstaculariza o entendimento da realidade geográfica, densa, complexa e abrangente, em que elementos físicos e humanos se inter-relacionam.

A título de exemplo dessa relação conjunta manifestada em disciplinas, podemos citar a pedologia destinada ao estudo dos solos, sua formação, os elementos que os compõem e sua implicação nas atividades humanas, e a disciplina da história da economia (História Econômica Geral em alguns casos) em que apesar do foco na historicidade dos fenômenos e processos de ordem econômica é possível contemplar nas análises a relação da sociedade e as suas finalidades econômicas – e suas técnicas – com os impactos que essas terão na natureza.

Ou seja, trata-se primeiro de ter em mente a capacidade e importância da Geografia na atualidade, como disciplina complexa e indispensável no estudo da realidade – dos encontros e dos fenômenos que a compõem – e depois de compreender que a dicotomia necessita ser superada, visto que os processos e acontecimentos entre natureza e homem são indissociáveis, correlacionados em níveis e intensidades diferentes.

Porém, para se entender a realidade mediante a disciplina geográfica é vital considerar e valorizar os conceitos geográficos, não de modo isolado como se cada conceito existisse em si mesmo, mas sim, de modo conjunto, simultâneo e/ou contínuo. Foucault (2008) e Haesbaert (2014) ponderam sobre o valor associado a “arte” de engendrar conceitos, o primeiro autor associa essa prática a mobilidade, logo, ao movimento, enquanto que o segundo autor salienta acerca das múltiplas abordagens históricas sobre os conceitos.

Assim, Haesbaert (2014) comenta que eles se estendem em um “amplo *continuum*”, pois em dado momento podem representar a própria realidade, como se fossem instâncias independentes, mas em outros, aparecem numa posição racionalista e/ou idealista, elaborados em nossa própria mente e assumindo o papel de um instrumento para alcançar o objetivo do pesquisador. Mas em ambos os casos, como assinala o autor, os conceitos comportam uma “filiação teórico-filosófica”.

A filiação teórico-filosófica presente no texto de Haesbaert (2014) depende muito da corrente do pensamento geográfico em vigor ou contemplada por um grupo de pesquisadores e intelectuais, desse modo, um mesmo conceito pode ter ao longo de sua história variadas definições, significados e abordagens que vão de acordo com uma dada conjuntura, os métodos utilizados e lógico, a filiação teórico-filosófica.

Corrêa (2000), por exemplo, trabalhando o conceito chave da Geografia – e objeto de estudo da disciplina – o espaço geográfico, demonstra que esse conceito hoje fundamental em várias obras teve no passado perspectivas díspares, abordado de diferentes maneiras e logo,

com grau de importância que nunca foi simétrico. Com base em seu texto fica cristalino que durante a Geografia Tradicional esse conceito era pouco privilegiado em relação a outros, como região e paisagem, demasiadamente contemplados. Tal perspectiva muda, primeiramente e de forma sutil, com a Geografia Teorética-quantitativa e com o predomínio da lógica hipotético-dedutivo além da linguagem matemática e depois, de modo mais categórico, com as Geografias Crítica, Radical e Humanista.

Os inúmeros conceitos da Geografia, sejam aqueles principais, também conhecidos como conceitos-chave, sejam outros conceitos de menor protagonismo, subjacentes aos tais conceitos-chave, não permanecem estáticos, fechados, como se fossem absolutos e imutáveis. Deleuze e Guattari (1992) privilegiam em seus estudos a Filosofia e como os conceitos são criados nessa ramificação do conhecimento, apesar disso, contribuem imensamente em demonstrar que os conceitos – independente se no conjunto das ciências ou na própria Filosofia – carecem de renovação, as vezes de substituição, resultando em um processo de “agitação”.

Pode-se dizer que essas mudanças conceituais não são cíclicas ou necessariamente lineares, no sentido de seguirem uma linha sem desvios ou tortuosidades. Na verdade, são descontínuas, pois cada período da história, notadamente da sociedade e seus arranjos, e as configurações espaciais, apresentam contextos com peculiaridades. As múltiplas sociedades de um tempo, estando elas em movimento nos diferentes espaços possíveis, são heterogêneas, ou seja, uma disciplina (nesse caso a Geografia) junto aos seus conceitos e objeto de estudo são apropriados e utilizados de diferentes formas, problematizando ou compreendendo a multiplicidade de fenômenos, ou mais precisamente, as realidades. Nessa ordem, condicionam (des)encontros no tempo e no espaço geográfico, mediante a sobreposição e/ou coetaneidade das supracitadas realidades – ou seja, os fenômenos e os processos.

Para além dessa condição mutável dos conceitos, como já dito antes, os mesmos não devem ser utilizados – seja analiticamente ou como manifestação da realidade – de maneira isolada, juntos tornam-se mais coesos, ou como salienta Haesbaert (2014), quando diz que os conceitos na Geografia não negam um conjunto que reúne diversos e outros complexos conceitos, se ordenando e/ou reordenando. Nessa linha de raciocínio é plausível dizer que temos um sistema de conceitos ou até mesmo uma “constelação”. Na última nomenclatura o autor associa esse conjunto de conceitos com os planetas ordenados no espaço sideral, daí surge o termo “constelação”.

Destarte, o objetivo do presente trabalho é o de evidenciar a importância dos conceitos geográficos enquanto elementos de um sistema no entendimento da realidade, para tanto,

considerar no estudo como os conceitos foram criados em diferentes contextos históricos, logo, com base em diferentes correntes do pensamento geográfico, além de suas múltiplas definições, se torna um exercício indispensável. Este estudo tem condições plenas de ter continuidade (abarcando outros conceitos), ou então, ser um novo ponto de partida para outros autores que compartilham de objetivos parecidos.

Assim, a pesquisa será elaborada por meio de uma revisão bibliográfica baseada em obras escritas tanto por autores internacionais, bem como, por autores nacionais, da Geografia ou não – a exemplo de intelectuais da Filosofia ou Antropologia – que privilegiem os inúmeros conceitos-chave da disciplina geográfica, apresentando definições e teorias distintas (de origem crítica, humanista, tradicional e etc.) que ajudem a esclarecer a complexidade envolta dessa temática.

Isto posto, o presente texto vai se estruturar em três partes além dessa introdução. A primeira parte estará focalizando nas inúmeras definições de alguns conceitos-chave da disciplina geográfica: território, região e lugar, soma-se também o objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico. Assim, alguns desses conceitos serão contemplados no texto com o objetivo de evidenciar os variados significados e as definições que os acompanharam junto com o amadurecimento da disciplina enquanto ciência. A segunda parte vai trabalhar com mais ênfase os conceitos como sistema, em outras palavras, correlacionados e imbricados no entendimento da realidade, ou como será colocado, da totalidade. A terceira e última será destinada as considerações finais, com as últimas ponderações e um resgate do que foi discutido e apresentado no texto.

### **Os conceitos enquanto elementos mutáveis: diferentes definições e significados**

A questão da perspectiva é vital na compreensão dos conceitos e de suas múltiplas definições que comportam significados e modos de uso também variados. Nessa ordem, o intelectual que formula uma definição, remodelando ou criando um conceito, está sendo influenciado por uma corrente de pensamento, por outros autores e intelectuais, além é claro da conjuntura em que vive, onde os fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e naturais se imbricam de maneira particular.

O primeiro conceito aqui contemplado é o de território, conceito este vinculado essencialmente as inúmeras relações de poder presentes no espaço geográfico, assim, o “poder” como bem aponta Raffestin (1993) não é exclusivo do Estado, muito menos representa o próprio Estado, ele está contido em todas as organizações engendradas através das relações sociais.

Partindo desse ponto e lançando mão da ideia de que o território não é o espaço geográfico – apesar de o território ser subjacente a tal espaço – Santos (2004) argumenta sobre as diferenças entre tais. Na visão desse intelectual brasileiro, território é uma instância “imutável” com limites e linhas que são traçadas de forma coercitiva, pelo uso da força ou então, de maneira diplomática.

Apesar de destacar que o território muda de extensão historicamente, o mesmo realça que esse conceito é carregado, em dado momento, de representações fixas, logo se vê uma aproximação íntima com o termo de Estado-Nação, constituído por três elementos basilares: povo, soberania e território (algo próximo do que foi apresentado por Milton Santos). Em outra obra ele destaca que o território é onde o capital se prolifera concomitantemente ao processo de espoliação do Estado, subtraindo deste, suas capacidades de ofertar serviços básicos para a população, em um movimento de favorecimento das grandes empresas e do capital financeiro (SANTOS, 1979). Nos países periféricos, situados no nível mais baixo da hierarquia da divisão territorial do trabalho, essa dinâmica é ainda mais intensa e explícita.

Desse modo, o território quando usado pela sociedade, com suas variadas e significativas ações, adquire status e significado de espaço geográfico, sendo o primeiro diferente do segundo, mas se fazendo – e relacionando-se – com tal espaço geográfico.

Em uma ótica diferente, Sack (2011) escreve sobre o processo de territorialidade em diferentes contextos e exemplos – desde os Chippewa até um pai estadunidense em seu local de trabalho, um escritório em um prédio alto – e destaca que o território pelas comunidades primitivas não era bem delimitado, tinha uma essência de movimento, pois sempre se alterava, nunca estava finalizado. Contudo, com a chegada do homem branco e de suas finalidades mercantis – do Capitalismo Comercial, plasmado há pouco tempo naquela conjuntura do século XV – o território político foi forjado com novas e bem definidas delimitações, em diferentes escalas (desde as locais até as continentais) em prol da narrativa do mercado “dinâmico”, com a implementação e o subsequente fomento da fragmentação do território em pequenas propriedades, nessa ordem, criavam-se territórios de exclusão, privados para alguns e acessíveis para outros. Os agentes que controlam tais territórios em muitas oportunidades estão distantes dessas “áreas” que são resultado direto da territorialidade que implica necessariamente o controle (influenciar e afetar pessoas e fenômenos), partindo de um indivíduo ou grupo.

Assim, o território pode ser criado e mantido de diferentes formas por uma dada sociedade, os Chippewa tinham um modo de vida mais solidário, comunitário, sem fronteiras

políticas e sem limites cristalizados, essa situação se altera com a territorialidade excludente, mercantil e as vezes agressiva do homem branco.

Sobre as fronteiras e limites, conceitos indissociáveis do território, é adequado usá-los como conceitos secundários, de grande valia para a abordagem e entendimento do conceito-chave aqui considerado. Machado *et al* (2005), por exemplo, em seu texto, pondera que as fronteiras são permeáveis e condicionam o intercâmbio cultural, político, econômico e social entre nações vizinhas. Ademais Oliveira (2015) aponta para a pluralidade de tipos de fronteiras e a visão deturpada que alguns – inclusive a mídia – tem acerca desse conceito.

Assim, reconhecer a fronteira como início ou fim do poder do Estado é simplório demais, além de insuficiente, igualmente é a tentativa de limitar a análise do território apenas em sua dimensão jurídico-administrativa. Isto posto, Machado *et al* (2005) colabora de forma exemplar quando aponta que o território pode se perfazer de “cima pra baixo” como de “baixo para cima”, visto que além dos processos de controle, intrínsecos ao papel do Estado, os de dominação e de apropriação também se realizam no espaço geográfico possibilitando a formação de diferentes territórios:

Em vez do território reduzido a sua dimensão jurídico-administrativa, de áreas geográficas delimitadas e controladas pelo Estado, entende-se que o território é também produto de processos concomitantes de dominação ou apropriação do espaço físico por agentes não-estatais. Nota-se que os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos. (MACHADO *et al*, 2005, p. 90-91).

Não existe uma única forma de se pensar o território, mas é preciso ter em mente enquanto se trabalha esse conceito, que ele não está separado do espaço geográfico, como se fossem contrastantes, muito menos é indicado analisá-los como sinônimos. Soma-se também o fato do território estar imbricado com o poder em suas múltiplas apresentações, seja a do Estado Nação, seja das multinacionais da atual globalização perversa, ou então, dos próprios grupos sociais que se apropriam de uma parcela do espaço e criam uma relação de interdependência. O território é múltiplo e está, assim como as sociedades que o formam e o habitam, em simbiose contínua.



O conceito de região aparece como um dos mais antigos em termos de ser contemplado e valorizado pelas inúmeras correntes que a Geografia teve em sua história. É válido destacar que esse conceito, assim como outros da disciplina, não é exclusivo do âmbito das ciências, presente também em várias reflexões situadas em outros domínios não científicos (GOMES, 2000), dessa forma, diferentes operacionalizações do conceito não raro são reproduzidas por distintos agentes, seja no senso comum, seja no planejamento estatal ou então, nas próprias investigações científicas.

Antes da institucionalização da Geografia como ciência, na época do antigo Império Romano do ocidente, o termo “*regione*” estava associado as áreas que apesar de terem administração própria estavam subordinadas as diretrizes e normas que partiam de Roma, isso incluía o próprio pagamento de impostos (GOMES, 2000). Nota-se já nesse exemplo uma tendência a hierarquização, contida em algumas abordagens sobre região, principalmente aqueles vinculados a gestão por parte do Estado.

No cerne da Geografia Tradicional, essencialmente positivista, Moraes (2003) destaca para o fato de que Gallois – discípulo de Vidal de La Blache – trouxe o conceito para a disciplina geográfica, dessa forma, a escola francesa que em partes se opunha a causalidade do determinismo alemão, humanizou em certa medida a região sem se desvincular, totalmente, das noções mais naturalistas que permeavam a Geografia naquele contexto (final do século XIX, mas principalmente início do século XX).

Na perspectiva vidaliana a região estava próxima ao conceito de gêneros de vida, logo, à organização e modos de vida empregados por uma dada sociedade em certo recorte espacial, considerando as configurações do meio. Essa ideia fez com que uma importante contribuição fosse plasmada, o pensamento geográfico ancorado na Geografia Regional, pautada essencialmente na observação e descrição dos fenômenos, Haesbaert (2014), por exemplo, já havia destacado o caráter empirista intrínseco ao pensamento vidaliano, e isso inclui a própria Geografia Regional de forte impacto na disciplina, influenciando outros pensadores.

Ainda no pensamento mais tradicional Gomes (2000) aponta que no século XIX a Geologia em vias de formação e consolidação tinha na região um de seus conceitos mais representativos, de modo concomitante, o próprio e já citado Gallois enxergava na região natural uma propriedade fundamental na explicação da configuração social, assim, o natural estava sobreposto ao social, como se fosse a chave para inúmeras perguntas e demandas que emergiam da ciência geográfica, mas Gomes (2000, p. 56) nos alerta quando afirma que “A



região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz de tudo explicar”.

Isto posto, apesar da contribuição dessa linha de pensamento a região não deve ser vista como uma estruturação natural, pronta e acabada, em que as sociedades, seus desdobramentos e ações são estéreis, de pouco ou nenhum poder de transformação, existindo apenas para ser observada e descrita.

Hartshorne e Hettner também abordaram o conceito de região, contudo diferentemente da linha empregada na Geografia Regional de Vidal de La Blache, mais empirista (MORAES, 2003), Hartshorne privilegiou a noção de diferenciação de áreas, mais analítica e funcional, em que inúmeros elementos localizados e distribuídos fazem de cada área um recorte único, ou seja, a diferenciação regional de áreas. Porém, o ponto chave da visão desse autor está no fato de que a região não se faz sozinha, em si mesma, como se fosse engendrada naturalmente e estivesse posta independente do pesquisador.

O processo de regionalização que gera uma região depende do agente – o pesquisador – e dos critérios (fenômenos e processos, além da metodologia) considerados pelo mesmo, assim ele os seleciona de acordo com os seus objetivos e concebe uma dada região. A região estaria, nesse caso, restringida ao universo particular do pesquisador (HAESBAERT, 2014), em que o conceito se limita a um mero instrumento de análise.

A visão clássica de região promovia nesse sentido o encontro das dinâmicas sociais com as dinâmicas naturais em que apesar de algum esforço de humanização, visto em algumas perspectivas, o protagonismo e força maior estava atrelada aos movimentos advindos da natureza.

Visualizando e analisando esse conceito anos à frente, em outra corrente da disciplina, mais especificamente na Geografia Radical, é possível notar uma pluralidade de definições e visões acerca de tal conceito. Com o processo de renovação crítica da disciplina a partir dos anos de 1970 a região se viu atrelada ao modo de produção em vigor, não se tratava mais de analisar simplesmente as inter-relações entre sociedade e natureza, pois a diferenciação espacial se dava principalmente por meio da divisão social e territorial do trabalho.

Para os intelectuais mais marxistas é plausível relacionar o conceito engendrado por Marx denominado formação socioeconômica com um conceito geográfico de nome parecido, formação socioespacial. O primeiro conceito seria o resultado da materialidade deixada historicamente por cada modo de produção, ou melhor, se refere a uma unidade das diversas esferas: econômica, social, política e cultural e também da vida de uma sociedade, surge a partir

daí a concepção de unidade (descontínua) do desenvolvimento (SANTOS, 1977), é, desse modo, uma concretude estruturada, historicamente determinada e igualmente desigual sem uma linha de “evolução” homogênea.

O segundo, formação socioespacial alinhado à totalidade e à formação socioeconômica de Marx, é um instrumento chave na explicação das sociedades, visto que a estrutura produtiva de um modo de produção particular não se faz desvinculado do elemento espacial, o espaço, a produção e o social são interdependentes, ou seja, o processo produtivo e todas as relações a ele inerentes são concebidas no/pelo espaço geográfico (SANTOS, 1977), não há como entender os fenômenos sem considerar a dimensão espacial (a disposição das sociedades, seus movimentos e as transformações entre elas e com a natureza).

Assim, é partir dela, que:

[...] se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial dos objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. (SANTOS, 2004, p. 236).

Nesse sentido a região – e todos os outros conceitos – é extremamente complexa e histórica, se constrói e se altera mediante vários processos que se encontram no espaço, a tal diferenciação regional atrelada ao conceito, não se faz apenas através da descrição e classificação dos fenômenos, mas sim mediante um olhar crítico e reflexivo sobre o modo de produção – a própria reprodução da vida social – e seu poder de influenciar e alterar o espaço, este que é essencialmente usado, mas usado de diferentes maneiras<sup>2</sup>, com a instauração de hierarquias e níveis de interdependência, para atender as demandas do capital, em outras palavras, trata-se da divisão territorial e social do trabalho a nível global.

Gomes (2000, p. 66) corrobora nessa perspectiva quando afirma que a região é também a reprodução de toda a vida social, porém essa aproximação com a economia política marxista, especialmente a formação socioeconômica não gerou um grande marco teórico e conceitual para a Geografia, na realidade, ajudou a mecanizar o conceito:

A região é, pois, nesta perspectiva a síntese concreta e histórica desta instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social [...]. De fato, a aproximação destes conceitos da economia política com a região não resultou um verdadeiro enriquecimento

---

<sup>2</sup> Há de se considerar que cada “uso” varia de acordo com os sistemas de engenharia, a soberania política, o nível cultural e as potencialidades naturais de cada parcela espacial.

conceitual [...] frequentemente a dialética se transforma em determinação histórica mecânica [...]

Por último, sobre tal conceito, é inegável a importância da visão empregada por outra corrente, a humanista, esta trabalhou e desenvolveu o conceito sobre os prismas da vivência e da experiência, nessa linha, a história e as materialidades são fundamentais para a região e a Geografia. Corrêa (2003) os analisa se baseando nessa corrente da disciplina geográfica, assim, complementa quando afirma que a região é produzida intelectualmente, em nossa mente, mesma ela existindo no quadro real, ou seja, o sujeito é o responsável por potencializar o(s) significado(s) da região.

Porém o autor faz um alerta, isso não ocorre apenas mediante os nossos sentidos particulares e amplamente conhecidos, é objetivado na verdade, compreender o todo da região “Procuramos captar a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região” (CORRÊA, 2003, p. 22), tal fato pode ocorrer via as nossas práticas e experiências diárias, que emergem no plano coletivo e não no individual, até porque o sujeito nasce, é moldado e se faz numa dada sociedade. Assim, a questão da experiência e dos sentidos são vitais na Geografia Humanista.



Iniciar um diálogo sobre o conceito de lugar não é tarefa fácil em decorrência das diferentes maneiras como autores e intelectuais visualizam esse conceito e o trabalham, mas tamanha dificuldade não se limita a essa questão, refletir e analisar o lugar exige ter em mente que esse elemento fundamental da Geografia é comumente usado fora do âmbito das ciências, por agentes externos da academia, ou seja, no dia a dia das pessoas que juntas formam uma sociedade. O lugar é intrínseco aos desdobramentos sociais, as múltiplas relações, a vida. Para ser mais exato, o lugar se perfaz nos inúmeros encontros, na co-presença de fenômenos e nas diferentes interpretações do mundo, assim, cada sujeito social vivencia o lugar de um modo, o conhecendo melhor e criando laços.

Não se trata de uma relação apenas subjetiva/abstrata, nem materialmente exclusiva, é um duplo movimento, que incorpora essas duas dimensões (o abstrato e o concreto). Isso fica claro em Haesbaert (2014), pois o lugar é uma maneira de se comunicar com o mundo, seja através da mídia que oferece informações simultâneas de diferentes países, cidades e/ou regiões, transmitidas nas televisões, rádios e na internet acoplada em algum dispositivo de uma

residência, ou mediante objetos técnicos consumidos no lugar, mas produzidos em outros lugares, distantes ou não – aqui nota-se uma conectividade dos lugares.

Além desse traço complexo, atrelado a vivência e ao mesmo tempo produto e produtor de manifestações concretas (a materialidade e a compreensão da mesma) e abstratas (identificação com o lugar), Ingold (2015) traz uma crítica ao espaço geográfico – que será trabalhada melhor mais à frente – e conseqüentemente à visão de lugar existindo no supracitado espaço geográfico. Para o autor, enquanto o primeiro representa um alto nível de abstração, o segundo trata-se da experiência real, complementarmente, pondera que as vidas não são vividas através dos lugares, mas sim “[...] em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares” (INGOLD, 2015, p. 219).

É nesse momento que o intelectual aprofunda a questão dos “peregrinos” como sendo as pessoas que se movem em linhas, criando e intensificando “nós” e não apenas existindo como seres “transportados”, haja vista que o transportar não demanda movimento do sujeito, ele é carregado de um local para outro local previamente escolhido, assim, é possível dizer que para Ingold o lugar se faz essencialmente pelo movimento – em linha – das pessoas, ocasionando “nós” geográficos.

Tuan (1983) também colabora com a discussão ao enfatizar a questão da experiência sobre o lugar, porém, em seu texto o autor realiza diversas analogias com crianças de diferentes idades, logo, possuidoras de diferentes interpretações sobre os objetos, pessoas e distâncias. Quando menor, a criança tem dificuldades em compreender e localizar os significados sociais e econômicos, ao mesmo tempo, é detentora de uma escala e horizonte menores, isso significa que primeiro ela valoriza seus pais, sua casa ou a rua onde mora, para depois, anos à frente, considerar e ter mais interesse em lugares de distâncias maiores, remotos as vezes.

Assim, Tuan (1983, p. 35) sobre a criança argumenta que:

Seu interesse e conhecimentos se fixam primeiro na pequena comunidade local, depois na cidade, saltando o bairro; e da cidade seu interesse pode pular para a nação e lugares estrangeiros, saltando a região. Na idade de cinco ou seis anos, a criança pode demonstrar curiosidade sobre a geografia de lugares remotos [...]. Para uma criança inteligente e esperta, a experiência é uma procura ativa e em que algumas vezes faz extrapolações surpreendentes para além dos fatos: ela não se prende ao que vê e ao que sente em sua casa e em seu bairro.

Ademais, a criança – nem todas – ao longo de sua infância se apega a objetos dispostos em sua vivência, isso se traduz em muitos casos por um simples brinquedo que ela ganhou de

presente de algum familiar numa festa de fim de ano ou em seu aniversário, pelo fato de ser “seu” ela não pensa em compartilhar, emprestar para outras crianças, criando um forte vínculo com aquele objeto que está conectado ou representando um lugar particular e de forte valor afetivo (sua casa, seu quarto, até mesmo a pessoa que a deu de presente).

Partindo do ponto que primeiro os seres humanos, enquanto crianças, criam laços com objetos, escalas e dimensões menores – mais próximas – por meio da experiência corriqueira para depois horizontalizar suas visões e perspectivas da realidade, o lugar não é estático e imóvel, muito pelo contrário, ele está em contínua metamorfose, graças aos inúmeros processos e encontros que se perfazem e se multiplicam nos lugares, desde os mais particulares até o “choque” das realidades locais com a do mundo globalizado.

O lugar é justamente onde tais encontros são vistos numa perspectiva mais clara e dinâmica...intensa, em que as diferentes “gentes” de modo gradativo criam laços, conexões e experimentam a vida, a vivenciam, conhecem e são conhecidas pelo mundo.



Retomando Ingold (2015) acerca do espaço geográfico, e como colocado anteriormente, o autor critica a valorização que é dada a esse conceito que para ele é “abstrato e rarefeito”, em contrapartida, é dito que o tempo-espaço contemplado por geógrafos e outros intelectuais de fora da Geografia, algumas vezes de forma secundária, é em sua concepção o mundo da vida, ou seja, o espaço geográfico seria na realidade demasiadamente geral, amplo, onde as relações, coisas e fenômenos simplesmente existem, ocupam, mas não habitam, diferentemente do mundo da vida:

A vida, de acordo com esta lógica, é reduzida a uma propriedade interna de coisas que ocupam o mundo, mas, estritamente falando, não o habitam. Um mundo que seja ocupado, mas não habitado, que está cheio de coisas existentes, em vez de tecido a partir dos fios do seu devir, é um mundo de espaço. (INGOLD, 2015, p. 2015).

Apesar de ser uma ideia que difere daquelas costumeiramente trabalhadas e discutidas na ciência geográfica, oferecendo um novo e impactante panorama sobre o que pode ser esse complexo e multifacetado espaço geográfico, cabe a mim apresentar um posicionamento contrário a tal perspectiva, visto que como bem aponta Santos (2002) a relação homem e meio mediada pela técnica realiza a vida social ao mesmo tempo em que se cria o espaço. A técnica

colocada como um mero instrumento fortalece a ideia de Ingold, pois é geral e superficial demais, assim, visando realçar o seu verdadeiro caráter, podemos dizer que as técnicas se constituem de variadas formas, essenciais na integração territorial e na superação da condição de arquipélago de inúmeros territórios, a exemplo do Brasil em seu período colonial e parte da fase monárquica. Além disso, as técnicas possuem funções que vão se alterando na evolução desigual da história – as formas também se alteram – em decorrência das necessidades requeridas pelas sociedades.

As técnicas – os objetos – desse modo, são essenciais na perspectiva “miltoniana”, junto com os comportamentos humanos em diferentes e profundas dimensões – as ações – para a produção do espaço geográfico, isto posto, esse conceito não se perfaz de modo distante dos movimentos e das relações sociais – a vida para Ingold – como um simples palco dos fenômenos, muito pelo contrário, o espaço geográfico é resultado direto e inevitável dessa imbricação, é produto dessa relação, em outros termo, é produto social. Concomitantemente e em certo grau, influencia as escolhas e os movimentos das sociedades, possuidor de ligeira autonomia.

O espaço geográfico ganha papel central na disciplina geográfica a partir dos anos de 1970 com a Geografia Crítica, um de seus precursores e responsável por atribuir ao espaço uma análise densa é o supracitado Milton Santos, em inúmeras obras esse conceito/objeto da disciplina é marcante trazendo continuidades ou descontinuidades de obras anteriores. A concepção do espaço geográfico enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetivos e de ações (SANTOS, 2002) é referenciada em inúmeras obras justamente por apontar para as relações que emanam dos sujeitos sociais, mediados pelas múltiplas e significativas técnicas, inseridas em um devir ininterrupto que atravessa territórios e lugares, ou seja, é contrária a ótica do espaço enquanto instância estática. Há, contudo, outras perspectivas associáveis e complementares a essa que explicam o objeto de estudo da Geografia.

Santos (2004) faz uma crítica aos marxistas por trabalharem com processos, logo, a história, desconsiderando a dimensão espacial, se aprofunda ao colocar em xeque o protagonismo reducionista da estrutura econômica em incontáveis estudos, afinal, essa estrutura se perfaz sem a dimensão espacial? A resposta é não, principalmente em decorrência de seu conteúdo social, transformado e transformador, inerente as outras estruturas sociais (econômica, jurídica, política e ideológica), na realidade, o espaço evoluindo desigualmente contempla todas elas e oferece plenas condições para se perfazerem:

[...] o espaço, como qualquer outra estrutura social [...] é, por sua estrutura mais que por sua forma, um reflexo da sociedade global, seu dinamismo sendo consequência da cisão da sociedade global e sua consequente distribuição sobre o território [...] Mas, se considerarmos o espaço por suas qualidades sistêmicas, ele ganha novos atributos, como a capacidade de condicionar, até certo ponto de forma determinante (uma determinação condicionada, todavia), a evolução das outras estruturas sociais. (SANTOS, 2004, p.180-181).

O espaço está em condição de ser interpretado – apesar de existirem outras maneiras – enquanto estrutura social, logo, espaço humano, com a participação da sociedade global, de relações macro e micro, essas que acontecem e atravessam todas as dimensões e estruturas possíveis, entrelaçando-as e ressignificando o mundo. Como será visto logo mais, o objeto de estudo da Geografia e as relações intrínsecas são todas elas necessariamente políticas, pois as relações humanas são políticas, resultam em construções ou desconstruções, cabe então explorar Massey (2008), que enfatiza tal perspectiva assim como, a questão do movimento do espaço geográfico.

Nessa direção a autora explorando esse espírito de movimento ou “inquietação” atrelado ao espaço geográfico critica a percepção equivocada deste associado a estabilização, como um conceito que achata o dinamismo da vida, ou melhor, como um amortecimento dos fluxos da realidade, na mesma ordem, critica posições que determinam a espacialidade como algo que “petrifica” o tempo, parando-o e o prejudicando.

Fomentar esses ideais ajudam a dissipar uma definição e um significado de espaço geográfico que não é adequado, pois exclui as reais características do conceito. O mesmo se constitui como já vimos mediante as relações sociais e as técnicas que o transformam – o trabalho é uma manifestação legítima que (re)produz o espaço – dessa forma está sempre aberto, indissociável ao movimento e ao encontro de várias trajetórias (a multiplicidade e a coetaneidade) carregando uma essência de “liberdade”, “(des)articulações” e “surpresas”, fundamentais para identificar, entender e valorizar a citada dimensão política (MASSEY, 2008) atrelada ao espaço geográfico, sempre em movimento.

O espaço geográfico é político, pois se reproduz incessantemente por meio e junto as normas, diretrizes, regulações e dispositivos de poder que emanam das mais variadas direções. Raffestin (1993) discutido em outro momento do texto, já havia mostrado como o poder constantemente é vinculado apenas àquele que parte do Estado, diversas outras organizações e instâncias são ignoradas ou deixadas em segundo plano. Isso inclui, por exemplo, as redes materiais e imateriais – a exemplo do transporte de mercadorias e da difusão de informações e

exigências em múltiplas escalas – oriundas das dinâmicas econômicas de conglomerados e multinacionais distribuídas em várias partes do planeta, essa ação empresarial resulta no aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, bem como da hierarquização dos lugares, que gradativamente atualizam, substituem ou plasmam sistemas de engenharia e condicionam alterações sensíveis nos comportamentos sociais<sup>3</sup>.

Tal processo faz parte da realidade atual, do Capitalismo em seu estágio mais perverso, com uma economia global que por resultado globaliza os lugares, é o espaço sendo moldado e transformado também pela reprodução capitalista.

Isto posto, não é possível determinar aqui uma definição absoluta do objeto de estudo da Geografia, dado a sua enorme complexidade e dos (des)arranjos constantes, inclusive, em decorrência dessa condição inerente ao espaço geográfico, caracterizada pela multiplicidade de fenômenos e processos que o remodelam, é equivocado apontar para o espaço e visualizar uma configuração harmônica, regular, homogênea – e como destaca Haesbaert (2014), as forças do capital tentam, mas sem conseguir, homogeneizar o espaço.

O ideal é entendê-lo sobre o prisma da intensidade, da heterogeneidade de acontecimentos, dos movimentos desiguais e principalmente das contradições, que emanam, por exemplo, desde as condições universais, como também das condições de trabalho mais particulares, notadamente a separação do trabalhador do seu produto ou do antagonismo entre classes (HARVEY, 2005) ou quiçá intraclasses, já que a própria visão clássica de classes, apesar de fundamental em qualquer estudo sobre o tema, parece pouco levar em consideração as contradições – atuais – internas em cada uma delas.

Ou seja, esses movimentos desiguais surgem em diversas dimensões do próprio e já elucidado jogo de poderes, independente dos níveis contemplados, pois dado a natureza e a condição inacabada e sempre aberta do espaço geográfico, as diferentes manifestações de forças

---

<sup>3</sup> É válido colocar um outro exemplo, atrelado as relações de poder mais localizadas, portadora de uma escala menor sem, todavia, deixar de firmar relações com aquilo que está mais distante, até porque, com o atual contexto do Capitalismo o exemplo a seguir faz parte de uma rede dinâmica e de uma condição econômica nacional que vincula o Brasil ao exterior, de maneira subalterna. Desse modo, pode-se comentar sobre as relações de interdependência de inúmeros agentes sociais, econômicos, logo, políticos, no interior de alguma Unidade da Federação do Brasil, de predomínio econômico agrícola e modo de vida rural. Nesse caso, o grande produtor, também chamado de latifundiário que produz uma determinada cultura em grandes proporções de terra, objetivando exportá-la majoritariamente para mercados remotos, detém a nível local grande poder de influência na administração pública e conseqüentemente nas relações sociais mais íntimas, reproduzidas e/ou engendradas, determinando, afetando e até mesmo dominando as dinâmicas dessa região. Esta realidade corrobora com uma concepção particular que acredito que esteja se intensificando em diferentes níveis, a do entrelaçamento, da dialética entre as esferas política e econômica, visto que as ações de natureza econômica carregam cada vez mais uma essência política.



– de poderes – tendem a se chocar e produzir diferentes arranjos, materiais e imateriais que gradativamente vão transformar esse conceito. Há de se ponderar, nessa perspectiva, a própria relação íntima entre espaço e tempo, já que uma está associada e contribui para o pleno entendimento da outra.

### **Os conceitos geográficos como sistema: interdependência e totalidade**

Na primeira parte do texto ficou à mostra como os conceitos mudam com o tempo, a partir das correntes do pensamento geográfico, em conjunto aos métodos e a linha teórico-filosófico empregados nos estudos, aos novos processos e fenômenos sociais, econômicos e políticos, assim como os antigos em vias de remodelação que oferecem novas conjunturas, contextos e realidades que intrigam pesquisadores e estudiosos das mais variadas linhas de pensamento. Essa tendência à complexidade das “coisas” exige também um entendimento maior da totalidade, totalidade está e já mencionada que não significa necessariamente o conjunto de todos os fatos – até porque um fato a partir do momento que é apropriado e reproduzido por um grupo ou indivíduo se torna uma narrativa particular – mas sim, como aponta Kosik (1985) pela dialética entre eles:

Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa realidade com um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. (KOSIK, 1985, p. 35).

Essa totalidade, estruturada, essencialmente em movimento, se (re)criando no espaço-tempo representa a própria realidade. Há de se considerar que a realidade amplamente enfatizada no presente texto abarca desde os aspectos e fenômenos mais particulares ou singulares até aqueles mais gerais, universais, cada qual portando suas peculiaridades e demandas próprias. Desse modo, os conceitos e o objeto de estudo da Geografia são simultaneamente manifestações dessa realidade complexa e dialética – e desigualmente constituída – bem como, um conjunto de dispositivos que corroboram na investigação e no entendimento adequado da totalidade estruturada.

Contudo, para que esses dois ideais se concretizem (conceitos como manifestação da realidade ou como instrumentos de sua compreensão) não podem ser considerados isoladamente ou como um conjunto de conceitos que ignora a dialética, os intercâmbios e as trocas de significados. Mesmo que um pesquisador privilegie notadamente um conceito é

preciso que os outros sejam basilares e auxiliares em sua reflexão, crítica, logo à uma investigação científica. A partir desse ponto podemos trabalhar esse conjunto de conceitos como sistema, pois os mesmos estão em movimento contínuo, em agitação, se transformando e afetando a existência dos demais conceitos, tendo como objeto central e de influência “*master*” o espaço geográfico.

Santos (2004) contribui de várias formas sobre a relação totalidade e conceitos da Geografia, principalmente envolvendo o espaço geográfico. O autor enfatiza que sem a totalidade é impossível saber porque alguns países estão cada vez mais ricos e outros cada vez mais pobres, esse resultado de mais pobreza para a maioria e mais riqueza para a minoria é fruto de uma dialética inclusa na totalidade. Assim, os aspectos da nossa vida têm sua importância estabelecida não isoladamente, mas sim mediante a interdependência, sejam aqueles mais banais ou os que exigem mais conhecimento, técnicas e mobilidade.

Essa realidade – ou totalidade – se explica necessariamente pelas Formações Econômicas e Sociais (F.E.S)<sup>4</sup> que é uma categoria que permite superar a visão fragmentada, dicotômica, da realidade empregada por algumas concepções metodológicas em detrimento da totalidade social que envolve notadamente os aspectos concretos de cada sociedade. No espaço geográfico, podemos considerar também aspectos mais abstratos geradores de inúmeros significados e perspectivas de mundo.

Valendo-se do movimento, ou seja, da posição inacabada da totalidade, Santos (2004) reitera sobre a condição de mutação e como os elementos da sociedade não devem ser pensados de modo a-temporal ou a-históricos, portadores de uma e pronta significação:

Isso também nos proíbe de considerar cada elemento da “sociedade total” como se ele guardasse a mesma significação no correr do tempo. Devemos considerá-los como o que são, isto é, *variáveis*, cujo valor, a cada momento, é dado pela nova totalidade criada pelo movimento da totalidade social preexistente e sua transformação; a noção de tempo empírico, isto é, o tempo da história real de seres concretos: homens, coisas, ações. (SANTOS, 2004, p. 237).

---

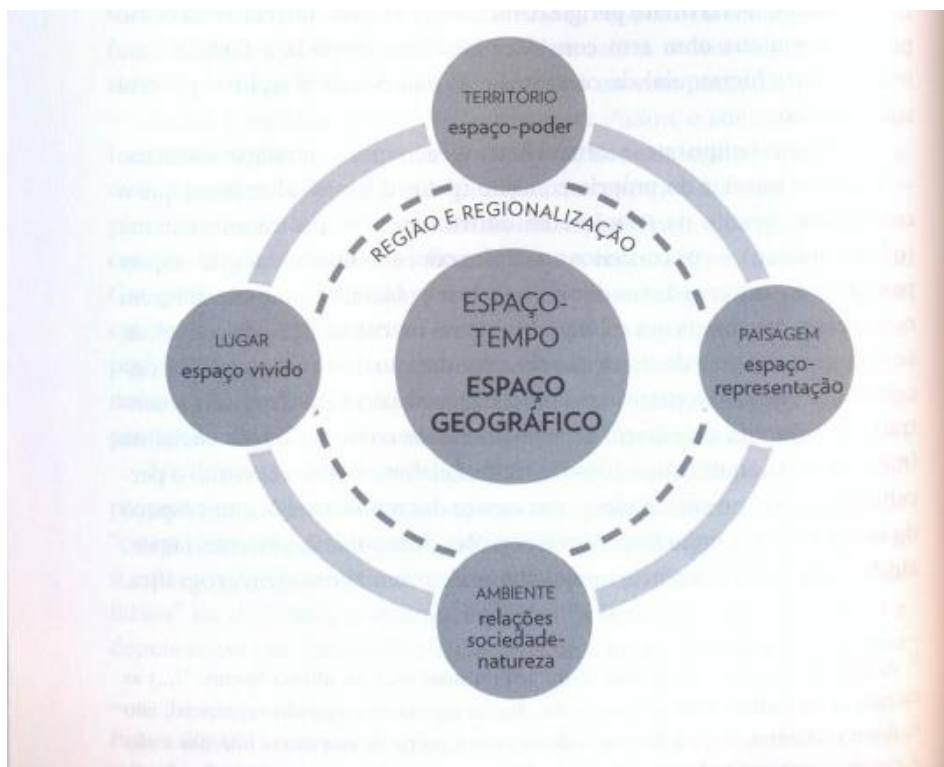
<sup>4</sup> Trabalhando esse conceito Santos (2004) enfatiza seu caráter múltiplo, pois a F.E.S permiti estudar a sobreposição e acumulação das formas, até mesmo as representações da paisagem geográfica. Sendo uma categoria “em tensão e em movimentos, animada por agentes e grupos” (SANTOS, 2004, p. 241). Ademais, fortalecendo a concepção de entrelaçamento político e econômico na contemporaneidade apresentada anteriormente, o intelectual afirma que “o dado político se tornou extremamente relevante para as relações internacionais” (SANTOS, 2004, p. 243).

Retomando Haesbaert (2014), o autor em seu livro denomina o sistema de conceitos como “constelação” (figura 01) e para ilustrar melhor o que pensa e objetiva elucidar aos leitores, faz uma analogia com o ordenamento dos planetas, o sol como estrela central e as luzes emitidas por cada astro:

Numa leitura metafórica bastante simples, mas didática, essa constelação seria composta por uma espécie de conjunto de planetas girando em torno de uma estrela, cuja luz seria o espaço - cada astro-conceito só existindo na medida em que compõe o mesmo sistema (aberto), devendo seu movimento ("translação") e seu potencial de esclarecimento (sua "luz" ou capacidade de iluminação) à relação que mantém com a categoria central, o espaço. Cada conceito, ele próprio, através de nova projeção dessa luz, iluminaria também outras derivações conceituais ou elementos que girariam em função dele, seus "satélites" (HAESBAERT, 2014, p. 24)

Por meio da citação elencada é visível a imbricação dos fenômenos e como o sistema, ou nesse caso a constelação, está aberta, passível de sofrer alterações.

**Figura 01** – Constelação de conceitos



**Fonte:** HAESBAERT, 2014.

Esta constelação de Haesbaert serve de base para a noção aqui sistematizada de sistema e deixa nítido como o espaço geográfico assume um papel de protagonismo por conseguir interligar todos os demais conceitos a ele, ou seja, um elo de conexão e encontro dos conceitos da Geografia, suas inerentes contradições e visões, esses que são mutáveis e estão em transformação ininterrupta. Na ideia do autor ilustrada na figura 01, assim como na aqui apresentada sobre sistema, não existe hierarquia entre os conceitos-chave trabalhados, eles se complementam e por isso não estão dispostos na vertical, de cima (os mais importantes) para baixo (os menos importantes), pois o grau de relevância não é pré-estabelecido, isso vai de acordo com o recorte temático e conceitual de uma pesquisa – e objetivo – que privilegie notadamente um deles, o que existe de fato, como mostra Haesbaert (2014), é uma organização dos conceitos que propicie a aproximação e conexão dos mesmos, logo, não estão individualizados na disciplina – e assim não devem ser compreendidos – mas sim inseridos em um sistema ou constelação que permite a troca e a complementariedade.

Ainda sobre a figura 01, o espaço geográfico seria algo próximo ao que o sol desempenha no espaço sideral, iluminando e contribuindo aos planetas, ou neste caso, agregando aos conceitos, esses que assumem o papel dos planetas que orbitam o sol (espaço geográfico) inseridos em uma engrenagem coletiva e não individualizada, onde todos são fundamentais e carregam peculiaridade ou compartilham elementos parecidos, além do fato de se transformarem ao longo dos anos – ou então, questões até então desconhecidas são relevadas e/ou potencializadas, tratadas e sistematizadas, assim como acontece quando uma novidade sobre um planeta é descoberta por cientistas e divulgada para as pessoas.

Não existe uma “imagem” ou representação pronta e acabada de tal sistema, ele pode variar de acordo com o pesquisador ou a corrente de pensamento predominante, valendo-se disso, em outro momento buscar-se-á a realização de um desdobramento do presente estudo objetivando a criação de uma representação do sistema discutido, uma imagem que sirva como instrumento de análise para estudos futuros. Por enquanto, idealizá-lo como um conjunto de conceitos em movimento, não guardando posições, cada qual se aproximando e desaproximando dos demais é um início promissor.

Desse modo, reconhecer a realidade como aqui foi argumentada, sendo múltipla e diversa, incluindo tanto os aspectos naturais e humanos, inseridos em uma inter-relação ininterrupta é condição indispensável para superar a já citada dicotomia na Geografia que as vezes coloca como antagônicos os estudos que contemplam os elementos da sociedade com

aqueles oriundos dos processos naturais, mesmo que ambos façam parte da comentada totalidade, se relacionado.

Assim, para ter o pleno entendimento – ou algo mais próximo disso – da realidade é fundamental que esses elementos não sejam interpretados como forças opostas, de realidades diferentes, pois fazem parte da mesma e caminham juntas, exigindo de pesquisadores, intelectuais e agentes de fora do “universo” científico, reflexões complexas, conhecimento, criatividade e espírito aberto para as transformações e para o novo.

### **Considerações finais**

Isto posto, considerar a Geografia como uma disciplina complexa, ampla, capaz de abranger inúmeras áreas do conhecimento que se interligam na disciplina é pressuposto essencial para compreender os conceitos geográficos, sejam os principais (território, região e lugar), incluindo também o próprio objeto de estudo da supracitada disciplina, ou alguns conceitos secundários que tem a funcionalidade, às vezes, de serem pilares dos principais, como um sistema aberto, de inter-relações entre os mesmos, um afetando e influenciando o outro, numa troca recíproca.

Foi visto que ao longo da história os conceitos passaram por avanços metodológicos, logo, definições foram se alterando e sobrepondo-se no desenrolar da Geografia e de sua consolidação como disciplina científica e institucionalizada, subsequente e inevitavelmente, esse leque significativo de definições plasmou também a produção de diferentes significados, cada qual representando e estando associado a conjuntura de sua época.

Na Geografia Tradicional, conceitos como território e região eram sistematizados com mais frequência do que o conceito e objeto de estudo da disciplina, o espaço geográfico, o território, por exemplo, estava vinculado ao Estado e a unidade territorial, amplamente vitais para o quadro de soberania nacional em pauta entre o final do século XIX e início do século XX. Com o passar das décadas e com o Capitalismo ganhando novas nuances, e a ascensão da globalização dos lugares, discutir esses conceitos geográficos junto as problemáticas de pobreza, desigualdade, divisão territorial do trabalho e etc., se tornou prática costumeira na disciplina, nessa ordem, novas temas começam a ser contemplados pela ciência geográfica.

Os conceitos geográficos entendidos como um sistema são essenciais para o entendimento da totalidade espacial, em outros termos, da realidade, que vem se tornando cada vez mais complexa. Isso ocorre mediante os inúmeros processos e fenômenos renovados ou criados por meio das relações sociais e das relações com o meio, destaca-se tanto os eventos

mais particulares – que colocam em segundo plano a sua dialética com aquilo que é mais remoto, vinculado ao exterior – como os mais universais, esses que carregam como nunca um entrelaçamento do econômico, o social e o cultural com a esfera política à nível global. O resultado dessa convergência é a indissociabilidade entre as esferas citadas, hoje, essencialmente políticas pois todas as decisões, independente da escala, da origem, da quantidade de agentes envolvidos e das funções dos mesmos, são decisões políticas, decisões de poderes que resultam na coalização ou no conflito entre múltiplas forças.

Devido a magnitude e a multiplicidade da realidade, produtora de variados significados e de (des)encontros é inadequado continuar fomentando a dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física, visto que ao se estabelecer e enobrecer essa dualidade é construído um grande desafio para se refletir e entender a totalidade dos processos, aquilo que é humano mantém conexão constante com o meio, ou seja, com aquilo que é físico, influenciando-o, do mesmo modo, elementos e eventos naturais também afetam o modo como as sociedades se organizam em diferentes espaços, nessa ótica a dicotomia aqui questionada é um grande equívoco na ciência geográfica que carece de diálogo, olhares e colocações críticas para a sua superação.

Como colocado anteriormente no texto, essa produção tem potencial para ser explorada no futuro, ganhando novos desdobramento, por meio da análise de outros conceitos ou no aprimoramento do conteúdo apresentado e na idealização de uma imagem ideal do sistema discutido, além é claro, de ser um referencial para outros pesquisadores.

## Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias. *et al* (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, p. 15-48.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** [tradução de Bento Jr. E Alberto Alonso Muñoz]. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michael. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias. *et al* (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, p. 49-76.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 3.ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MACHADO, Lia. *et al*. O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed.UFMS, 2005, p. 87 -112.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. Annablume, 2003.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Anpege**. V.11, n.15, jan-jun.2015, p. 233-256.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. Ed. 6. Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. São Paulo: **Antipode**, 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

*Recebido em 02 de setembro de 2021.  
Aceito em 12 de outubro de 2021.  
Publicado em 07 de dezembro de 2021.*